

Sumário

PRIMEIRA PARTE

Fundamentos

CAPÍTULO I LINHAS INTRODUTÓRIAS

1. Direito processual penal.....	47	31. Fonte de produção ou material.....	60
2. Características.....	48	32. Fonte formal ou de cognição.....	60
3. Posição enciclopédica.....	49	33. Fonte de cognição imediata ou direta.....	61
4. Entendendo o tema.....	49	34. Fontes de cognição mediata, indireta ou supletiva.....	61
5. Interesse.....	49	35. Costume.....	61
6. Pretensão.....	49	36. Princípios gerais do direito.....	61
7. Lide.....	50	37. Analogia.....	62
8. Ação.....	51	38. Analogia <i>legis</i>	62
9. Teorias da Ação.....	52	39. Analogia <i>juris</i>	62
10. Ação como vingança privada.....	52	40. Interpretação da lei processual penal....	62
11. Ação civilista ou imanentista.....	52	41. Classificação quanto à origem ou ao sujeito que realiza a interpretação.....	63
12. Ação como direito concreto.....	52	42. Classificação quanto ao modo ou aos meios empregados na interpretação....	64
13. Ação como direito potestativo.....	52	43. Classificação quanto ao resultado da interpretação.....	65
14. Ação como direito abstrato.....	52	44. A lei processual penal no tempo.....	65
15. Processo.....	53	45. Sistema da unidade processual.....	66
16. Procedimento.....	53	46. Sistema das fases processuais.....	66
17. Relação jurídica processual.....	53	47. Sistema do isolamento dos atos processuais.....	66
18. Pressupostos processuais subjetivos.....	53	48. A lei processual penal no espaço.....	68
19. Pressupostos processuais objetivos.....	54	49. Quadro sinótico.....	70
20. Natureza jurídica do processo.....	54	50. Súmulas do STJ.....	72
21. Processo como contrato.....	55	51. Súmulas do STF.....	72
22. Processo como quase-contrato.....	56	52. Questões de concursos públicos.....	72
23. Processo como serviço público.....	56	53. Gabarito anotado.....	73
24. Processo como instituição jurídica.....	56	54. Questões discursivas com comentários.....	73
25. Processo como procedimento.....	56		
26. Sistemas processuais.....	56		
27. Sistema inquisitivo.....	56		
28. Sistema acusatório.....	58		
29. Sistema misto ou acusatório formal.....	59		
30. Fontes.....	60		

CAPÍTULO II PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Princípios processuais penais.....	75
2. Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade.....	75
3. Princípio da imparcialidade do juiz.....	79

4.	Princípio da igualdade processual (princípio da paridade de armas e sua distinção).....	80	5.	Investigações preliminares diversas do inquérito policial.....	113
5.	Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência.....	81	6.	Verificação de procedência das informações (VPI).....	113
6.	Princípio da ampla defesa.....	83	7.	Inquéritos parlamentares.....	113
7.	Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes.....	84	8.	Inquéritos policiais militares.....	115
8.	Princípio da oficialidade.....	84	9.	Inquérito civil.....	115
9.	Princípio da oficiosidade.....	84	10.	Inquérito judicial.....	115
10.	Princípio da verdade real.....	85	11.	Inquéritos por crimes praticados por magistrados ou promotores.....	115
11.	Princípio da obrigatoriedade.....	86	12.	Investigações envolvendo autoridades que gozam de foro por prerrogativa de função.....	115
12.	Princípio da indisponibilidade.....	87	13.	Investigações de ofício pelo STF.....	116
13.	Princípio do impulso oficial.....	88	14.	Investigações particulares e investigação criminal defensiva.....	117
14.	Princípio da motivação das decisões.....	88	15.	Investigações a cargo do Ministério Público.....	117
15.	Princípio da publicidade.....	89	16.	Investigações pelos demais órgãos públicos.....	118
16.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	91	17.	Termo circunstanciado de ocorrência.....	119
17.	Princípio do juiz natural.....	92	18.	Investigações conjuntas.....	120
18.	Princípio do promotor natural ou do promotor legal.....	92	19.	Ampliação do acesso aos autos de investigação preliminar pelo advogado.....	121
19.	Princípio do defensor natural.....	94	20.	Âmbito de aplicação das disposições do Estatuto da OAB.....	122
20.	Princípio do devido processo legal.....	94	21.	Sigilo e sua relação com a natureza inquisitiva da fase pré-processual.....	122
21.	Princípio do <i>favor rei</i> ou favor réu.....	95	22.	Direito do advogado do representado de examinar os autos da investigação.....	123
22.	Princípio da economia processual.....	95	23.	Sigilo dos autos de investigação e autoridade responsável pelos seus limites.....	124
23.	Princípio da oralidade.....	96	24.	Direito do advogado de se fazer presente às declarações do investigado.....	126
24.	Princípio da autoritariedade.....	97	25.	Nulidade do ato investigativo sem que seja assegurado ou permitido advogado.....	127
25.	Princípio da duração razoável do processo penal.....	97	26.	<i>Lawfare</i> na investigação preliminar.....	127
26.	Princípio da proporcionalidade.....	100	27.	<i>Trial by media</i> ou publicidade ostensiva.....	128
27.	Princípio da inexigibilidade de autoincriminação.....	102	28.	Controle externo da atividade policial..	129
28.	Princípio da cooperação processual.....	104	29.	Quadro sinótico.....	130
29.	Quadro sinótico.....	105	30.	Súmulas do STJ.....	132
30.	Súmulas do STJ.....	108	31.	Súmulas do STF.....	132
31.	Súmulas do STF.....	108	32.	Questões de concursos públicos.....	132
32.	Questões de concursos públicos.....	108			
33.	Gabarito anotado.....	109			
34.	Questões discursivas com comentários	109			

CAPÍTULO III SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

1.	A persecução criminal.....	111
2.	Polícia judiciária e polícia administrativa.....	112
3.	Polícia administrativa ou de segurança	112
4.	Polícia judiciária.....	112

33. Gabarito anotado	133	imediate).....	154
34. Questões discursivas com comentários	133	31. Notícia-crime inqualificada ou delação anônima (<i>whistleblower</i>).....	154
CAPÍTULO IV INQUÉRITO POLICIAL			
1. Conceito e finalidade do inquérito policial	135	32. Notícia-crime provocada (cognição mediata).....	155
2. Natureza jurídica do inquérito policial..	137	33. Notícia do crime por requisição do Ministério Público	155
3. Destinatários do inquérito policial.....	137	34. Notícia-crime por requerimento da vítima	156
4. Características do inquérito policial	137	35. Notícia-crime por delação	157
5. Discricionariedade	137	36. Notícia-crime por representação da vítima (<i>delatio criminis</i> postulatória)	157
6. Escrito	138	37. Notícia-crime por requisição do Ministro da Justiça	157
7. Sigiloso	139	38. Notícia-crime revestida de forma coercitiva	157
8. Oficialidade	141	39. Peças inaugurais do inquérito policial...	158
9. Oficiosidade	141	40. Incomunicabilidade.....	158
10. Indisponibilidade.....	141	41. Providências.....	159
11. Inquisitivo.....	142	42. Reprodução simulada dos fatos.....	168
12. Autoritariedade	144	43. Indiciamento.....	168
13. Dispensabilidade	144	44. Indiciado incapaz.....	169
14. Competência (atribuição)	145	45. Desindiciamento.....	169
15. Critério territorial.....	145	46. Vedações ao indiciamento	169
16. Critério material.....	146	47. Afastamento do servidor público indiciado em crimes de lavagem de dinheiro..	170
17. Critério em razão da pessoa.....	147	48. Limites ao indiciamento	170
18. Prazos.....	147	49. Encerramento do inquérito policial.....	171
19. Regra geral.....	147	50. Procedimento para o inquérito policial que apura crime de ação penal pública.....	172
20. Prazos especiais.....	148	51. Quais são as hipóteses que autorizariam o pedido de arquivamento?	174
21. Prazos para inquéritos a cargo da polícia federal	148	52. Arquivamento por falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal	174
22. Prazo para inquéritos policiais por crimes contra a economia popular	148	53. Arquivamento por falta de justa causa .	174
23. Prazos para inquéritos policiais por crimes de tráfico de drogas.....	148	54. Arquivamento fundado em hipóteses de mérito	174
24. Prazos para inquéritos policiais militares	148	55. Legitimidade para o arquivamento, consequências jurídicas e coisa julgada.....	175
25. Contagem do prazo.....	149	56. Recurso e ação privada subsidiária da pública	178
26. Valor probatório	149		
27. Vícios	152		
28. <i>Notitia criminis</i> (notícia do crime ou notícia do fato).....	153		
29. Espécies de notícia-crime	154		
30. Notícia-crime espontânea (cognição			

57. Divergência do magistrado quanto ao pedido de arquivamento do inquérito policial e distinções do procedimento conforme a competência da Justiça.....	179	9. Competência para receber o auto de prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão	206
58. Divergência do juiz de direito quanto ao pedido de arquivamento	180	10. Zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo	207
59. Divergência quanto ao pedido de arquivamento na justiça federal	181	11. Ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal	208
60. Arquivamento no âmbito do STF	181	12. Decidir sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar	208
61. Arquivamento no âmbito dos tribunais de justiça.....	182	13. Prorrogar prisão provisória ou outra medida cautelar, substituí-las ou revogá-las	209
62. Arquivamento e divergência no âmbito do órgão revisional do Ministério Público	183	14. Decidir sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis.....	210
63. Desarquivamento.....	184	15. Prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado preso	210
64. Arquivamento implícito.....	185	16. Determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento.....	210
65. Arquivamento indireto.....	187	17. Requisitar documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação	211
66. Arquivamento originário.....	187	18. Decidir sobre requerimentos de afastamento de sigilo telefônico, de fluxo de comunicações, fiscal, bancário, de dados, de busca e apreensão, de informações e outros meios de obtenção de provas....	212
67. Arquivamento provisório	188	19. Julgar o <i>habeas corpus</i> impetrado antes do oferecimento da denúncia.....	212
68. Procedimento para o inquérito policial que apura crime de ação penal privada	188	20. Determinar a instauração de incidente de insanidade mental.....	212
69. Arquivamento do inquérito policial sem requerimento do Ministério Público	189	21. Decidir sobre o recebimento da denúncia ou queixa.....	213
70. Quadro sinótico	191	22. Assegurar o direito do investigado e do seu defensor ao acesso a todos os elementos informativos e provas produzidos na investigação criminal.....	213
71. Súmulas do STJ	195	23. Deferir pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia	214
72. Súmulas do STF	195	24. Decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação.....	214
73. Questões de concursos públicos	195		
74. Gabarito anotado	195		
75. Questões discursivas com comentários	196		

CAPÍTULO V JUIZ DAS GARANTIAS

1. Conceito	197
2. Fundamento constitucional.....	198
3. Suspensão cautelar da disciplina legal do juiz das garantias	199
4. Implementação e resistência ao juiz das garantias	202
5. Competência do juiz das garantias	203
6. Controle da legalidade da investigação criminal	205
7. Salvaguarda dos direitos individuais submetidos à cláusula especial de reserva .	205
8. Competência para receber comunicação imediata da prisão.....	206

25. Outras matérias definidas como da competência do juiz das garantias.....	214	24. Princípio da indivisibilidade.....	239
26. Quadro sinótico.....	215	25. Princípio da intranscendência ou da pessoalidade.....	241
27. Súmulas do STJ.....	217	26. Ação pública condicionada.....	241
28. Súmulas do STF.....	217	27. A representação.....	242
29. Questões de concursos públicos.....	217	28. Os destinatários da representação.....	242
30. Gabarito anotado.....	217	29. Ausência de rigor formal da representação.....	242
31. Questões discursivas com comentários.....	217	30. O prazo da representação e sua contagem.....	243

SEGUNDA PARTE

Elementos Estruturais

CAPÍTULO VI AÇÃO PENAL

1. Conceito.....	221	36. A requisição do Ministro da Justiça.....	246
2. Características.....	222	37. Destinatário da requisição do Ministro da Justiça.....	246
3. Localização no ordenamento jurídico ..	223	38. Prazo para oferecimento da requisição do Ministro da Justiça.....	246
4. Condições para o exercício da ação penal.....	223	39. Impossibilidade de retratação da requisição do Ministro da Justiça.....	247
5. Interesse de agir.....	225	40. Ausência de vinculação do MP à requisição.....	247
6. Legitimidade (<i>legitimatío ad causam</i>)....	227	41. Eficácia objetiva da requisição.....	247
7. Justa causa.....	228	42. Ação penal privada.....	247
8. Condições específicas.....	230	43. Titularidade da ação penal privada.....	248
9. Condições de procedibilidade.....	230	44. Princípios informadores da ação penal privada.....	248
10. Condições específicas constitucionais..	230	45. Princípio da oportunidade ou conveniência.....	248
11. Condições específicas legais.....	230	46. Princípio da disponibilidade.....	250
12. Condições específicas jurisprudenciais	230	47. Princípio da indivisibilidade.....	253
13. Condições objetivas de punibilidade....	231	48. Princípio da intranscendência ou da pessoalidade.....	254
14. Condições de prossequibilidade.....	231	49. Espécies de ação penal privada.....	254
15. Oportunidade para verificação das condições para o exercício da ação penal.....	232	50. Ação penal exclusivamente privada ou propriamente dita.....	254
16. Classificação das ações.....	234	51. Ação penal privada personalíssima.....	255
17. Ação penal pública incondicionada.....	235	52. Ação penal privada subsidiária da pública, supletiva ou acidentalmente privada.....	255
18. Princípios informadores da ação penal pública.....	236	53. Atuação do Ministério Público na ação penal privada supletiva.....	256
19. Princípio da obrigatoriedade (legalidade processual).....	236		
20. Princípio da indisponibilidade ou da indesistibilidade.....	238		
21. Princípio da oficialidade.....	239		
22. Princípio da autoritariedade.....	239		
23. Princípio da ofciosidade.....	239		

54. Custas e honorários advocatícios	257	89. Rejeição parcial.....	280
55. Questões complementares.....	258	90. Recurso para combater a rejeição.....	280
56. Ação de prevenção penal	258	91. Efeito do julgamento do recurso contra a rejeição da inicial.....	280
57. Ação penal <i>ex officio</i>	258	92. Preservação do contraditório e da ampla defesa no recurso contra a rejeição da inicial	280
58. Ação penal pública subsidiária da pública.....	258	93. Fundamentação do recebimento e recebimento tácito	280
59. Ação penal popular	259	94. Quadro sinótico.....	281
60. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	259	94. Súmulas do STJ.....	287
61. Direito intertemporal	263	95. Súmulas do STF	287
62. Ação penal no crime de estelionato.....	264	96. Questões de concursos públicos.....	287
63. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público	265	97. Gabarito anotado	288
64. Ação penal secundária.....	266	98. Questões discursivas com comentários	289
65. Ação penal adesiva.....	266		
66. Ação penal na injúria por preconceito ..	267		
67. Ação penal extensiva.....	267		
68. Ação penal de segundo grau	268		
69. Inicial acusatória.....	268		
70. Requisitos formais	268		
71. Descrição do fato, com todas as suas circunstâncias.....	268		
72. Qualificação do acusado ou fornecimento de dados que possibilitem a sua identificação	271		
73. Classificação do crime	271		
74. Rol de testemunhas.....	271		
75. Pedido de condenação	271		
76. Endereçamento.....	272		
77. Nome e assinatura.....	272		
78. Outros requisitos da inicial acusatória...	272		
79. Prazos para oferta da denúncia.....	273		
80. Prazos especiais para oferta da denúncia.....	273		
81. Início da contagem do prazo e o seu encerramento.....	274		
82. Desatendimento do prazo.....	274		
83. Prazos para oferta da queixa-crime	275		
84. Prazos especiais.....	275		
85. Aditamento da queixa.....	276		
86. Rejeição da denúncia ou queixa	276		
87. Repropositura da ação	279		
88. Rejeição <i>versus</i> não recebimento	279		

CAPÍTULO VII AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1. Considerações iniciais.....	291
2. Ação civil <i>ex delicto</i> de conhecimento ou de cognição, ação de ressarcimento do dano <i>ou</i> ação civil <i>ex delicto</i> em sentido estrito (art. 64, parágrafo único, CPP)....	292
3. Ação civil <i>ex delicto</i> de execução <i>ou</i> ação civil <i>ex delicto</i> em sentido amplo (art. 63, parágrafo único, CPP).....	293
4. Legitimidade ativa e passiva.....	294
5. Competência na ação reparatória.....	295
6. Sistemas processuais de reparação de dano decorrente de infração penal	296
7. Sistema da confusão	296
8. Sistema da solidariedade ou da união ..	296
9. Sistema da livre escolha.....	296
10. Sistema da separação ou independência.....	296
11. Sistema separatista mitigado	296
12. Suspensão da demanda civil	299
13. Regime legal da suspensão.....	299
14. Obrigatoriedade da suspensão da ação civil reparatória	299
15. Facultatividade da suspensão da ação civil reparatória	299
16. Execução da sentença condenatória penal.....	300

17. Sentenças penais sem qualidade de título executivo.....	300	10. Princípio da Correlação ou relatividade	318
18. Sentença absolutória e subordinação temática.....	301	11. Correlação e <i>emendatio libelli</i>	319
19. Absolvção pela prova da inexistência do fato (art. 386, I, CPP).....	301	12. Correlação e <i>mutatio libelli</i>	320
20. Não houver prova da existência do fato (art. 386, II, CPP).....	302	13. Devido processo legal.....	322
21. Não constituir o fato infração penal (art. 386, III, CPP).....	302	14. Características.....	323
22. Estar provado que o réu não concorreu para a infração penal (art. 386, IV, CPP).....	302	15. Inércia.....	323
23. Não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal (art. 386, V, CPP).....	303	16. Substitutividade.....	324
24. Existir circunstância que exclua o crime (art. 386, VI, primeira parte, CPP).....	303	17. Lide.....	324
25. Existir circunstância que isente o réu de pena (art. 386, VI, segunda parte, CPP).....	304	18. Atuação do direito.....	325
26. Não existir prova suficiente para a condenação (art. 386, VII, CPP).....	304	19. Imutabilidade.....	325
27. Efeitos civis de outras sentenças e decisões penais.....	304	20. Quadro sinótico.....	326
28. Revisão criminal e ação rescisória.....	305	21. Súmulas do STJ.....	329
29. Prazo prescricional.....	305	22. Súmulas do STF.....	329
30. Quadro sinótico.....	305	23. Questões de concursos públicos.....	330
31. Súmulas do STJ.....	308	24. Gabarito anotado.....	330
32. Súmulas do STF.....	308	25. Questões discursivas com comentários	330
33. Questões de concursos públicos.....	308		
34. Gabarito anotado.....	309		
35. Questões discursivas com comentários	309		
CAPÍTULO VIII JURISDIÇÃO		CAPÍTULO IX COMPETÊNCIA	
1. Conceito de jurisdição.....	311	1. Conceito de competência.....	333
2. Jurisdição típica: Poder Judiciário ou Justiça Ordinária.....	312	2. Critérios para a determinação da competência.....	333
3. Jurisdição atípica: justiça extraordinária ou justiça política.....	313	3. Competência material.....	334
4. Princípios.....	314	4. Critério <i>ratione materiae</i>	334
5. Princípio da investidura.....	314	5. Critério <i>ratione personae</i>	334
6. Princípio da indelegabilidade.....	315	6. Critério <i>ratione loci</i>	335
7. Princípio do juiz natural.....	316	7. Competência funcional.....	335
8. Princípio da inafastabilidade.....	317	8. Fase do processo.....	335
9. Princípio da inevitabilidade ou da irrecusabilidade.....	318	9. Objeto do juízo.....	335
		10. Grau de jurisdição.....	336
		11. Quadro sinótico.....	337
		12. Súmulas do STJ.....	338
		13. Súmulas do STF.....	338
		14. Questões de concursos públicos.....	338
		15. Gabarito anotado.....	339
		16. Questões discursivas com comentários	339
		CAPÍTULO X COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA	
		1. Competência <i>ratione materiae</i>	341
		2. Competência da justiça comum estadual.....	341

3. Competência da justiça comum federal	343	18. Competência da justiça especializada militar	357
4. Competência para processar e julgar crime político	343	19. Conceito de crime militar como regra geral definidora da competência da justiça castrense	357
5. Competência para processar e julgar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral	344	20. Classificação de crime militar para a fixação da competência da justiça militar.....	357
6. Infrações abrangidas pela competência do juiz federal no art. 109, IV, parte final, CF	344	21. Exclusão da competência da justiça militar estadual para julgar crimes dolosos contra a vida de civil	358
7. Bens, interesses ou serviços de ente federal sufragados na competência do art. 109, IV, parte final, CF	344	22. Alteração promovida no CPM pela Lei nº 13.491/2017 e interpretação restritiva.....	359
8. Entes contemplados na competência do art. 109, IV, parte final, CF.....	348	23. Modificação da competência entre os órgãos da Justiça Militar da União – Lei nº. 13.774/2018.....	362
9. Entes não englobados pela competência do art. 109, IV, parte final, CF	349	24. Composição da justiça militar estadual.	363
10. Competência para processar e julgar os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.....	349	25. Composição da justiça militar da União	364
11. Competência para processar e julgar as causas relativas a direitos humanos ...	351	26. Competência da justiça especializada eleitoral.....	364
12. Competência para processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.....	352	27. Competência pela natureza da infração	365
13. Competência para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira	353	28. Distribuição	365
14. Competência para processar e julgar o <i>habeas corpus</i> e o mandado de segurança em matéria criminal	354	29. Colegiado de primeiro grau de jurisdição	366
15. Competência para processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar	354	30. Quadro sinótico	368
16. Competência para processar e julgar os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro	355	31. Súmulas do STJ	370
17. Competência para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas	355	32. Súmulas do STF.....	371
		33. Questões de concursos públicos.....	371
		34. Gabarito anotado.....	372
		35. Questões discursivas com comentários.....	373
		CAPÍTULO XI COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR	
		1. Competência <i>ratione loci</i>	375
		2. Teoria do resultado	375
		3. Teoria da atividade	376
		4. Teoria do esboço do resultado.....	377
		5. Teoria da ubiquidade.....	377
		6. Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves.....	378

7. Crimes praticados no exterior	380	19. Prerrogativa de função e exceção da verdade.....	397
8. Domicílio ou residência do réu	380	20. Quadro sinótico	399
9. Critério subsidiário ou da prevenção..	381	21. Súmulas do STJ	401
10. Quadro sinótico	382	22. Súmulas do STF	401
11. Súmulas do STJ	385	23. Questões de concursos públicos.....	401
12. Súmulas do STF.....	385	24. Gabarito anotado.....	402
13. Questões de concursos públicos.....	385	25. Questões discursivas com comentários	402
14. Gabarito anotado.....	386		
15. Questões discursivas com comentários	386		

CAPÍTULO XII COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA FUNÇÃO

1. Introdução	387
2. Competência <i>ratione personae</i> ou <i>ratione functionae</i>	387
3. Competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, CF)	388
4. Competência do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, CF).....	389
5. Competência dos Tribunais de Justiça	389
6. Competência dos Tribunais Regionais Federais (art. 108, CF).....	389
7. Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato	389
8. Regra da atualidade	390
9. Regra da contemporaneidade	390
10. Regra da atualidade limitada ou restrita	391
11. Cessação do exercício da função com prerrogativa de foro	394
12. Prerrogativa <i>versus</i> tribunal do júri.....	394
13. Prerrogativa funcional dos prefeitos...	394
14. Foro privilegiado e deslocamento.....	395
15. Crime de responsabilidade <i>versus</i> improbidade administrativa	395
16. Prerrogativa de função e indiciamento	396
17. Duplo grau de jurisdição <i>versus</i> cessação da prerrogativa de função	396
18. Prerrogativa de função fixada na Constituição Estadual e o princípio da simetria	396

CAPÍTULO XIII QUESTÕES COMPLEMENTARES EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA

1. Competência absoluta <i>versus</i> relativa	403
2. Conexão e continência.....	407
3. Conexão.....	407
4. Conexão intersubjetiva (art. 76, I, CPP)	407
5. Conexão intersubjetiva por simultaneidade ou ocasional.....	407
6. Conexão intersubjetiva concursal.....	408
7. Conexão intersubjetiva por reciprocidade	408
8. Conexão objetiva, material, teleológica ou finalista (art. 76, II, CPP).....	408
9. Conexão instrumental ou probatória (art. 76, III, CPP)	408
10. Conexão na fase preliminar investigatória	408
11. Continência	409
12. Continência por cumulação subjetiva (art. 77, I, CPP).....	409
13. Continência por cumulação objetiva (art. 77, II, CPP).....	409
14. Preclusão e momento de reconhecimento da conexão ou continência.....	409
15. Foro prevalente.....	411
16. Concurso entre júri <i>versus</i> jurisdição comum ou especial	412
17. Concurso entre jurisdições de diversas categorias	412
18. Concurso entre jurisdição comum <i>versus</i> especial	413

19. Concurso entre jurisdições de mesma categoria	415	45. Prorrogação de competência	421
20. Separação de processos	416	46. Prorrogação necessária ou legal.....	421
21. Separação obrigatória.....	416	47. Prorrogação facultativa ou voluntária	422
22. Concurso entre a jurisdição comum e a militar	416	48. Quadro sinótico	422
23. Concurso entre a jurisdição comum e o juízo de menores.....	416	49. Súmulas do STJ	426
24. Superveniência de doença mental.....	416	50. Súmulas do STF.....	426
25. Fuga de corréu	416	51. Questões de concursos públicos.....	426
26. Recusas no júri	417	52. Gabarito anotado	427
27. Separação facultativa	417	53. Questões discursivas com comentários	427
28. Infrações praticadas em circunstância de tempo ou lugar diferentes.....	417		
29. Número excessivo de acusados.....	417	CAPÍTULO XIV	
30. Qualquer outro motivo relevante	418	QUESTÕES PREJUDICIAIS	
31. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	418	1. Considerações iniciais	431
32. Perpetuação da jurisdição <i>versus</i> desclassificação no rito do júri	418	2. Ponto em sentido processual	431
33. Desclassificação da infração ao final do juízo da instrução preliminar do júri...	418	3. Questão	432
34. Desclassificação da infração na sessão de julgamento do júri.....	419	4. Questão incidente	432
35. Perpetuação da jurisdição <i>versus</i> procedimento de tráfico internacional de drogas	419	5. Questão prévia.....	432
36. Perpetuação da jurisdição federal (art. 81, CPP).....	419	6. Questão preliminar ou processual.....	433
37. Não aplicação da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	419	7. Questão prejudicial	433
38. Supressão e criação de órgão jurisdicional	420	8. Questão sucessiva e posterior	434
39. Supressão de órgão jurisdicional	420	9. Autuação em apartado	434
40. Alteração da competência em razão da matéria ou em razão da hierarquia.....	420	10. Classificações dos incidentes processuais.....	434
41. Criação de nova vara com idêntica competência e no mesmo espaço territorial da vara originariamente competente.	420	11. Quanto à profundidade meritória	435
42. Criação de nova vara federal com jurisdição sobre o município onde ocorreu a infração penal e que não era contemplado com vara federal à época do crime.....	420	12. Quanto à finalidade do incidente	435
43. Extinção da delegação de competência federal para processamento e julgamento dos crimes de drogas	421	13. Classificação das questões prejudiciais.....	435
44. Alteração da competência em razão da hierarquia.....	421	14. Prejudicial homogênea e heterogênea.....	435
		15. Prejudicial obrigatória e facultativa	436
		16. Prejudicial total e parcial	437
		17. Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência)	438
		18. Natureza jurídica das questões prejudiciais.....	439
		19. Características das questões prejudiciais.....	440
		20. Sistemas de solução.....	441
		21. Sistema do predomínio da jurisdição penal	441
		22. Sistema da separação absoluta ou prejudicialidade obrigatória	441

23. Sistema da prejudicialidade facultativa ou sistema da remessa facultativa	442	11. Legitimados passivos na exceção de suspeição	460
24. Sistema misto ou eclético	442	12. Petição da exceção de suspeição	461
25. Pressupostos ao reconhecimento de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas – art. 92, CPP)	442	13. Procedimento da exceção de suspeição	461
26. Pressupostos ao reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas – art. 93, CPP)	444	14. Recursos na exceção de suspeição.....	463
27. Procedimento das prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	445	15. Efeitos da suspeição.....	463
28. Processamento em razão de prejudicial obrigatória	445	16. Exceção de incompatibilidade ou de impedimento.....	464
29. Processamento em razão do reconhecimento de prejudicial facultativa.....	446	17. Processamento da exceção de impedimento ou de incompatibilidade.....	464
30. Recursos	447	18. Efeitos da exceção de impedimento ou de incompatibilidade	466
31. Prescrição.....	448	19. Recursos na exceção de impedimento ou de incompatibilidade	466
32. Quadro sinótico	448	20. Exceção de incompetência.....	466
33. Súmulas do STJ	452	21. Legitimidade ativa para a arguição de incompetência	467
34. Súmulas do STF.....	452	22. Procedimento da exceção de incompetência	468
35. Questões de concursos públicos.....	452	23. Recursos na exceção de incompetência.....	468
36. Gabarito anotado.....	453	24. Efeitos da incompetência.....	468
37. Questões discursivas com comentários	453	25. Exceção de litispendência.....	469
CAPÍTULO XV PROCESSOS INCIDENTES			
1. Conceito	456	26. Arguição de exceção de litispendência.....	470
2. Características do procedimento incidental	456	27. Procedimento da exceção de litispendência.....	470
3. Incidente processual.....	456	28. Recursos na exceção de litispendência	470
4. Exceções	456	29. Exceção de ilegitimidade de parte.....	471
5. Classificação das exceções.....	457	30. Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte.....	471
6. Quanto aos efeitos que exercem sobre o processo.....	457	31. Efeitos do reconhecimento da ilegitimidade de parte.....	471
7. Quanto ao aspecto impugnado da demanda (natureza ou essência da exceção).....	458	32. Recursos na exceção de ilegitimidade de parte.....	471
8. Quanto à sua forma de processamento ou de autuação	459	33. Exceção de coisa julgada (<i>exceptio rei judicatae</i>).....	472
9. Exceção de suspeição.....	459	34. Função e espécies de coisa julgada	472
10. Legitimados ativos para arguição de		35. Natureza jurídica da coisa julgada.....	473
		36. Requisitos da exceção de coisa julgada	474
		37. Procedimento da exceção de coisa julgada	475

38. Recursos na exceção de coisa julgada	475	70. Hipoteca legal	499
39. Efeitos da coisa julgada	475	71. Cabimento e legitimidade	499
40. Conflito de jurisdição	477	72. <i>Fumus comissi delicti</i> na hipoteca legal	500
41. Espécies de competência	478	73. <i>Periculum in mora</i> na hipoteca legal	501
42. Arguição do conflito	479	74. Embargos na hipoteca legal	501
43. Processamento do conflito de competência	481	75. Procedimento da inscrição e especialização de hipoteca legal	501
44. Recursos no conflito de competência	481	76. Recurso da decisão de especialização e inscrição de hipoteca legal	502
45. Conflito de atribuições	482	77. Levantamento da hipoteca legal	502
46. Competência para dirimir o conflito de atribuições	482	78. Destinação ao final do processo	503
47. Processamento do conflito de atribuições	483	79. Sequestro de bens por delito contra a Fazenda Pública (Decreto-Lei nº 3.240/1941)	504
48. Restituição de coisas apreendidas	483	80. Medidas assecuratórias na Lei de Drogas	505
49. Autoridade restituinte	485	81. Medidas assecuratórias na Lei de Lavagem de Dinheiro	506
50. Confisco de coisas apreendidas	485	82. Medidas assecuratórias por crimes de tráfico de pessoas (Lei nº 13.344/2016)	508
51. Procedimento da restituição de coisas apreendidas	487	83. Possibilidade de alienação antecipada de bens constritos	509
52. Recursos no pedido de restituição de coisas apreendidas	487	84. Incidente de falsidade	509
53. Introdução às medidas assecuratórias	488	85. Iniciativa do incidente de falsidade	510
54. Procedimento das medidas assecuratórias	489	86. Procedimento do incidente de falsidade	511
55. Natureza jurídica e finalidade das medidas assecuratórias	490	87. Efeitos do incidente de falsidade	512
56. Sequestro de bens imóveis e móveis	490	88. Recursos no incidente de falsidade	512
57. <i>Fumus comissi delicti</i> no sequestro de bens	492	89. Incidente de insanidade mental	513
58. <i>Periculum in mora</i> no sequestro de bens	493	90. Procedimento do incidente de insanidade mental	514
59. Embargos contra a decisão de sequestro de bens	493	91. Sequência do incidente de insanidade mental	515
60. Recursos no sequestro de bens	494	92. Recursos no incidente de insanidade mental	515
61. Levantamento do sequestro de bens	494	93. Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena	516
62. Destinação dos bens sequestrados	495	94. Insanidade mental superveniente ao fato no curso do processo penal	517
63. Arresto de bens	495	95. Ação civil de confisco (<i>civil forfeiture action</i>)	517
64. <i>Fumus comissi delicti</i> no arresto de bens	496	96. Quadro sinótico	518
65. <i>Periculum in mora</i> no arresto de bens	497	97. Súmulas do STJ	533
66. Procedimento do arresto de bens	497	98. Súmulas do STF	533
67. Recursos no arresto de bens	497		
68. Levantamento do arresto de bens	498		
69. Destinação dos bens arrestados	498		

99. Questões de concursos públicos.....	533	27. Assistente da defesa.....	557
100. Gabarito anotado.....	534	28. Quadro sinótico	559
101. Questões discursivas com comentários.....	534	29. Súmulas do STJ	564
		30. Súmulas do STF.....	564
		31. Questões de concursos públicos.....	564
		32. Gabarito Anotado	565
		33. Questões discursivas com comentários.....	565

CAPÍTULO XVI SUJEITOS NO PROCESSO

1. Posicionamento dos sujeitos processuais na persecução penal	537
2. Relação processual penal.....	538
3. Sujeitos processuais principais ou essenciais	539
4. Sujeitos processuais secundários, acessórios ou colaterais.....	539
5. Juiz.....	539
6. Impedimento do juiz	541
7. Incompatibilidade do juiz.....	541
8. Suspeição do juiz	542
9. Cessação do impedimento ou da suspeição do juiz	542
10. Ministério Público	543
11. Princípios informativos do Ministério Público e de sua atuação.....	543
12. Princípio da unidade do Ministério Público	544
13. Princípio da indivisibilidade do Ministério Público.....	544
14. Princípio da independência funcional	544
15. Princípio da obrigatoriedade.....	545
16. Princípio da indisponibilidade	546
17. Princípio da irrecusabilidade	546
18. Princípios não recepcionados pela Constituição	546
19. Imparcialidade subjetiva do Ministério Público	547
20. Organização do Ministério Público	548
21. Atuação do Ministério Público	548
22. Funcionários do Poder Judiciário.....	549
23. Auxiliares do juízo.....	550
24. Acusado e defensor.....	552
25. Querelante.....	554
26. Assistente do Ministério Público	555

CAPÍTULO XVII ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

1. Formas de comunicação processual...	567
2. Citação	568
3. Espécies de citação.....	568
4. Citação pessoal	568
5. Requisitos do mandado de citação	569
6. Horário e local da citação.....	569
7. Citação por carta precatória.....	569
8. Citação em caso de urgência e carta precatória eletrônica.....	570
9. Citação do militar	570
10. Citação do acusado preso.....	571
11. Citação do funcionário público.....	571
12. Citação no estrangeiro	571
13. Citação por edital.....	571
14. Citação por hora certa.....	573
15. Intimação	575
16. Notificação.....	575
17. Intimações do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	575
18. Intimação do defensor dativo e do advogado.....	575
19. Fluência e contagem dos prazos.....	576
20. Suspensão do prazo da advogada adotante ou que se tornar mãe.....	577
21. Intimação em audiência	577
22. Regras especiais de intimação em matéria processual penal	577
23. Intimação do acusado preso.....	577
24. Intimação por carta	578
25. Revelia e suspensão do processo penal.....	578

26. Comunicações processuais eletrônicas.....	581
27. Quadro sinótico	583
28. Súmulas do STJ	587
29. Súmulas do STF.....	587
30. Questões de concursos públicos.....	587
31. Gabarito anotado.....	589
32. Questões discursivas com comentários	589

CAPÍTULO XVIII PRAZOS E DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Audiências e sessões.....	591
2. Publicidade.....	593
3. Poder de polícia do juiz.....	593
4. Prazos penais e processuais penais	594
5. Fluência dos prazos processuais.....	595
6. Prazos processuais em espécie	598
7. Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais	600
8. Princípio da paridade e da igualdade de tratamento	600
9. Princípio da brevidade	601
10. Princípio da economia processual	601
11. Princípio da utilidade	601
12. Princípio da preclusão	601
13. Princípio da continuidade	601
14. Princípio da irredutibilidade ou da inalterabilidade de prazos	601
15. Princípio da improrrogabilidade subjetiva	602
16. Princípio da prorrogabilidade objetiva	602
17. Retirada dos autos.....	602
18. Custas processuais.....	602
19. Substituição do escrivão ou diretor de secretaria.....	605
20. Estatística judiciária criminal.....	605
21. Quadro sinótico	606
22. Súmulas do STJ	609
23. Súmulas do STF.....	609
24. Questões de concursos públicos.....	609

25. Gabarito anotado.....	610
26. Questões discursivas com comentários	610

CAPÍTULO XIX SENTENÇA

1. Introdução	611
2. Atos processuais.....	613
3. Provimentos.....	613
4. Despachos de mero expediente.....	613
5. Decisões interlocutórias	613
6. Decisões interlocutórias simples.....	614
7. Decisões interlocutórias mistas	614
8. Decisões definitivas, materiais ou sentenças em sentido próprio.....	614
9. Decisões terminativas, formais ou sentenças em sentido impróprio	615
10. Atos reais ou materiais	615
11. Atos instrutórios.....	615
12. Atos de documentação.....	616
13. Classificação quanto à eficácia da sentença	616
14. Sentença declaratória.....	616
15. Sentença constitutiva.....	616
16. Sentença constitutiva positiva	617
17. Sentença constitutiva negativa	617
18. Sentença mandamental	617
19. Sentença executiva	617
20. Sentença condenatória.....	618
21. Sentenças executáveis	618
22. Sentenças não executáveis	618
23. Sentenças suicidas.....	619
24. Sentenças vazias.....	619
25. Sentenças subjetivamente simples.....	619
26. Sentenças subjetivamente plúrimas.....	619
27. Sentenças subjetivamente complexas.....	619
28. Sentenças autofágicas.....	620
29. Entendendo a fundamentação e a estrutura das sentenças.....	620
30. Fundamentação <i>per relationem</i> ou <i>aliunde</i>	621

31. Estruturação das sentenças.....	622	59. Efeitos civis da sentença penal condenatória	642
32. Relatório	622	60. Efeitos administrativos da sentença penal condenatória	644
33. Fundamentação.....	623	61. Efeitos da sentença penal condenatória restritivos de outros direitos	645
34. Dispositivo ou conclusão	623	62. Efeito prodrômico da sentença penal condenatória ou <i>non reformatio in pejus</i>	646
35. Correlação entre imputação e decisão	624	63. Sentença absolutória.....	648
36. <i>Emendatio libelli</i>	624	64. Efeitos da sentença absolutória.....	650
37. <i>Emendatio libelli</i> na fase recursal	624	65. Sentença declaratória de extinção da punibilidade.....	652
38. <i>Emendatio libelli</i> por ocasião do recebimento da denúncia	625	66. Publicidade e comunicação processual da sentença	653
39. <i>Emendatio libelli</i> por vício de capitulação	626	67. Publicação da sentença	654
40. <i>Emendatio libelli</i> por interpretação diversa.....	626	68. Intimação da sentença	655
41. Procedimento complementar à <i>emendatio libelli</i>	626	69. Intimação da parte autora nas ações penais privadas.....	655
42. <i>Mutatio libelli</i>	627	70. Intimação do Ministério Público, do defensor público e do defensor dativo ...	655
43. Vedação da <i>mutatio libelli</i> em grau de recurso	628	71. Formas de intimação da sentença	655
44. <i>Mutatio libelli</i> e correlação entre pedido e sentença.....	629	72. Formas de intimação da decisão de pronúncia.....	657
45. <i>Mutatio libelli</i> e pedido de absolvição	629	73. Prazo de dilação dos editais de intimação da sentença	658
46. <i>Mutatio libelli</i> e imputação alternativa no processo penal.....	631	74. Intimação do ofendido	659
47. Procedimento complementar à <i>mutatio libelli</i>	632	75. Intimação da sentença por carta precatória	659
48. Sentenças em processo penal condenatório.....	634	76. Coisa julgada e preclusão	659
49. Relatório e fundamentação da sentença penal condenatória	634	77. Natureza jurídica da coisa julgada.....	660
50. Parte dispositiva da sentença penal condenatória	635	78. Espécies de preclusão	660
51. Sistema trifásico de aplicação da pena..	637	79. Coisa julgada criminal e revisão criminal <i>favor rei</i>	661
52. Fixação da pena-base	638	80. Coisa julgada criminal e o princípio da correlação entre <i>causa petendi</i> e sentença	662
53. Fixação da pena intermédia.....	639	81. Quadro sinótico	663
54. Fixação da pena definitiva	639	82. Súmulas do STJ	676
55. Substituição das penas	640	83. Súmulas do STF.....	677
56. Pena de multa	640	84. Questões de concursos públicos.....	677
57. Efeitos da sentença penal condenatória	641	85. Gabarito anotado.....	678
58. Efeitos penais da sentença penal condenatória	641	86. Questões discursivas com comentários	678

TERCEIRA PARTE

Direito Probatório

CAPÍTULO XX

TEORIA DA PROVA

1.	Conceito de prova.....	681	28.	Teoria dos frutos da árvore envenenada (<i>fruits of the poisonous tree</i>), teoria da ilicitude por derivação ou <i>taint doctrine</i>	699
2.	Requisitos do procedimento probatório.....	683	29.	Teorias decorrentes.....	700
3.	Elementos de informação.....	684	30.	Teoria da prova absolutamente independente ou teoria da fonte independente.....	701
4.	Meios de prova.....	684	31.	Teoria da descoberta inevitável ou exceção da fonte hipotética independente.....	702
5.	Meios de obtenção de prova ou meios de investigação de prova.....	685	32.	Teoria da contaminação expurgada, conexão atenuada, <i>purged taint exception</i> , tinta diluída ou doutrina da mancha purgada.....	703
6.	Fontes de prova.....	685	33.	Teoria da boa-fé, exceção da boa-fé, <i>good faith exception</i> ou limitação da boa-fé.....	704
7.	Técnicas especiais de investigação.....	686	34.	Teoria da exclusão da ilicitude da prova.....	705
8.	Sucedâneos probatórios.....	686	35.	Teoria da exceção de erro inócuo.....	705
9.	Destinatários da prova.....	689	36.	Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	706
10.	Natureza jurídica.....	689	37.	Quebra da cadeia de custódia das provas.....	708
11.	Objeto.....	689	38.	Encontro fortuito de provas ou serendipidade.....	709
12.	Objeto da prova.....	689	39.	Inutilização da prova ilícita.....	712
13.	Objeto de prova.....	689	40.	Prova emprestada.....	713
14.	Classificação da prova.....	691	41.	Ônus da prova.....	716
15.	Classificação da prova quanto ao objeto.....	691	42.	Classificação do ônus da prova quanto à consequência da omissão em dele se desincumbir.....	717
16.	Classificação da prova quanto ao efeito ou valor.....	692	43.	Classificação do ônus da prova quanto ao seu destinatário.....	718
17.	Classificação da prova quanto ao sujeito ou causa.....	693	44.	Ônus da prova e <i>standards</i> probatórios.....	718
18.	Classificação da prova quanto à forma ou aparência.....	693	45.	Inversão do ônus da prova.....	720
19.	Classificação da prova quanto à possibilidade de renovação em juízo.....	693	46.	Iniciativa do juiz.....	721
20.	Classificação da prova quanto ao momento procedimental.....	694	47.	Sistemas de apreciação da prova.....	723
21.	Classificação da prova quanto à previsão legal.....	694	48.	Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção ou <i>secunda conscientia</i>	723
22.	Classificação da prova quanto à finalidade da prova.....	695	49.	Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada.....	724
23.	Classificação da prova quanto à imposição legal da forma.....	695	50.	Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional.....	724
24.	Teoria da ilicitude da prova, regra de exclusão ou vedação probatória.....	696			
25.	Provas ilícitas.....	697			
26.	Provas ilegítimas.....	697			
27.	Provas irregulares.....	697			

51. Princípios da prova penal.....	725	18. Exame de embriaguez ao volante.....	755
52. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	726	19. Interrogatório do acusado.....	756
53. Princípio da audiência contraditória...	726	20. Interrogatório como meio de prova....	756
54. Princípio da aquisição ou comunhão .	726	21. Interrogatório como meio de defesa..	756
55. Princípio da oralidade	726	22. Interrogatório como meio de prova e meio de defesa, indistintamente.....	757
56. Princípio da publicidade.....	726	23. Interrogatório como meio de defesa, primordialmente, e como meio de prova, de forma subsidiária.....	758
57. Princípio do livre convencimento motivado	727	24. Necessidade e reinterrogatório	758
58. Procedimento probatório	727	25. Características do interrogatório.....	759
59. Proposição da prova	727	26. Publicidade do interrogatório	760
60. Admissão da prova	728	27. Personalíssimo	760
61. Produção e contraditório	728	28. Local do interrogatório	760
62. Valoração.....	728	29. Oralidade do interrogatório.....	761
63. Quadro sinótico	728	30. Individualidade do interrogatório	762
64. Súmulas do STJ	735	31. Judicialidade do interrogatório	763
65. Súmulas do STF.....	735	32. Espontaneidade do interrogatório	763
66. Questões de concursos públicos.....	735	33. Procedimento do interrogatório	764
67. Gabarito anotado.....	736	34. Preliminares do interrogatório	764
68. Questões discursivas com comentários	737	35. Conteúdo do interrogatório	765
CAPÍTULO XXI			
PROVAS EM ESPÉCIE			
1. Exame pericial	739	36. Formalidades do interrogatório.....	768
2. Perito	740	37. Nomeação de curador ao réu incapaz...	769
3. Assistente técnico	741	38. Compatibilidade com o inquérito policial.....	769
4. Realização das perícias.....	743	39. Confissão	769
5. Apreciação dos laudos periciais.....	744	40. Natureza jurídica da confissão.....	770
6. Exame de corpo de delito.....	744	41. Classificação da confissão quanto ao local ou autoridade perante a qual é feita.....	770
7. Necessidade do laudo.....	746	42. Classificação da confissão quanto aos efeitos.....	770
8. Preservação da cadeia de custódia do vestígio	747	43. Classificação da confissão quanto à forma	771
9. Exame necroscópico.....	750	44. Classificação da confissão quanto à abrangência subjetiva	771
10. Exumação.....	750	45. Requisitos materiais ou intrínsecos da confissão	771
11. Exame de lesões corporais	751	46. Requisitos formais ou extrínsecos da confissão	772
12. Perícia em incêndio	752	47. Peculiaridades da confissão	772
13. Perícia laboratorial.....	752	48. Valor probatório da confissão	772
14. Exame grafotécnico.....	753	49. Ofendido	773
15. Exame nos instrumentos da infração .	754	50. Repercussões processuais das declarações do ofendido	773
16. Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada	754		
17. Avaliação	755		

51. Valor probatório das declarações do ofendido.....	774	80. Procedimento da acareação.....	797
52. Prerrogativas do ofendido.....	774	81. Valor probatório da acareação.....	797
53. Proteção à mulher ofendida em situação de violência doméstica ou familiar.....	776	82. Documentos.....	797
54. Testemunhas.....	776	83. Espécies de documentos.....	798
55. Características da prova testemunhal.....	776	84. Requisitos dos documentos.....	799
56. Recusa e impedimento da testemunha.....	778	85. Produção da prova documental.....	799
57. Demais vedações às testemunhas.....	779	86. Tradução do documento.....	800
58. Deveres da testemunha.....	779	87. Restituição de documentos.....	800
59. Número de testemunhas.....	780	88. Indícios e presunções.....	801
60. Classificação quanto ao número de testemunhas.....	780	89. Classificação dos indícios e das presunções.....	802
61. Classificação da prova testemunhal quanto ao objeto do depoimento.....	781	90. Valor probatório.....	802
62. Classificação quanto à qualidade do testemunho.....	781	91. Quadro sinótico.....	803
63. Lugar do depoimento, precatória e videoconferência.....	782	92. Súmulas do STJ.....	816
64. Testemunho de criança ou de adolescente.....	783	93. Súmulas do STF.....	816
65. Testemunho dos militares e funcionários públicos.....	786	94. Questões de concursos públicos.....	816
66. Procedimento para tomar o depoimento testemunhal.....	786	95. Gabarito anotado.....	817
67. O depoimento da testemunha.....	788	96. Questões discursivas com comentários.....	818
68. Falso testemunho e prisão em flagrante.....	790		
69. Competência para julgamento do falso testemunho.....	791	CAPÍTULO XXII MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA	
70. Proteção à testemunha.....	791	1. Introdução.....	819
71. Valor Probatório.....	792	2. Busca e apreensão.....	820
72. Reconhecimento de pessoas e coisas.....	792	3. Iniciativa da busca e apreensão.....	820
73. Reconhecimento de pessoas.....	792	4. Objeto da busca e apreensão.....	821
74. Procedimento do reconhecimento de pessoas.....	792	5. Momento da busca e apreensão.....	822
75. Intimidação.....	794	6. Espécies de busca.....	823
76. Reconhecimento fotográfico e fonográfico.....	795	7. Busca domiciliar.....	823
77. Reconhecimento de coisas.....	796	8. Requisitos do mandado de busca e apreensão.....	824
78. Acareação.....	796	9. Execução da medida de busca e apreensão.....	825
79. Pressupostos da acareação.....	796	10. Duração da diligência de busca e apreensão.....	826
		11. Busca e apreensão em repartição pública.....	827
		12. Busca e apreensão em escritório de advocacia.....	827
		13. Diligência de busca e apreensão em território diverso da autoridade.....	828
		14. Descoberta de outros elementos de prova durante a busca e apreensão....	829

15. Desvio de finalidade da busca e apreensão.....	829	40. Sigilo do smartphone e de aplicativos de conversas digitais.....	851
16. Justa causa visível na busca e apreensão.....	830	41. Segredo telefônico e dimensões probatórias (gerações de provas ou Trilogia Olmstead-Katz-Kyllo).....	852
17. Busca pessoal.....	831	42. Sigilo de dados.....	853
18. Meios de obtenção de prova aplicáveis ao controle da criminalidade organizada.....	832	43. Sigilo fiscal.....	854
19. Colaboração premiada.....	833	44. Sigilo bancário.....	854
20. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos....	833	45. Sigilo financeiro.....	855
21. Ação controlada.....	833	46. Compartilhamento de informações....	855
22. Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais.....	834	47. Iniciativa à interceptação das comunicações telefônicas.....	856
23. Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas.....	834	48. Procedimento e limites à interceptação de comunicações telefônicas.....	858
24. Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica.....	834	49. Fundamentação, prazo e renovação da interceptação telefônica.....	861
25. Infiltração de policiais em atividade de investigação.....	835	50. Prazo e renovação da captação ambiental.....	862
26. Infiltração virtual de agentes.....	836	51. Condução da interceptação e acompanhamento pelo Ministério Público.....	862
27. Cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.....	837	52. Transcrição da gravação e auto circunstanciado.....	863
28. Prova indiciária e agente infiltrado..	838	53. Inutilização de gravação.....	864
29. Prova indiciária e testemunha por ouvir dizer (<i>hearsay witness</i>).....	838	54. Cooperação Jurídica Internacional para produção probatória.....	865
30. Valor probatório do depoimento do agente infiltrado e da <i>hearsay testimony</i>	838	55. Quadro sinótico.....	866
31. Tutela do sigilo das comunicações..	839	56. Súmulas do STJ.....	876
32. Interceptação telefônica.....	841	57. Súmulas do STF.....	876
33. Escuta telefônica.....	843	58. Questões de concursos públicos.....	876
34. Gravação telefônica.....	844	59. Gabarito anotado.....	877
35. Registro telefônico.....	846	60. Questões discursivas com comentários.....	878
36. Captação ambiental.....	847		
37. Captação ambiental de advogados no exercício da advocacia.....	848		
38. Gravação ambiental.....	849		
39. Interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e de telemática.....	850		

QUARTA PARTE

Liberdade e Procedimentos

CAPÍTULO XXIII ELEMENTOS CONSENSUAIS DE PROVA

1. Introdução.....	879
2. Delação.....	879
3. Delação premiada.....	880
4. Delação premiada e colaboração premiada.....	882

5. Colaboração unilateral e colaboração bilateral.....	882	24. Recursos e regime preclusivo da homologação de colaboração premiada	896
6. Colaboração premiada prevista na Lei nº 8.072/1990 (crimes hediondos).....	883	25. Valor probatório do acordo de colaboração premiada.....	897
7. Colaboração premiada prevista no art. 159, § 4º, do CP (extorsão mediante sequestro)	883	26. Implementação das consequências previstas no termo de acordo de colaboração premiada.....	898
8. Colaboração premiada prevista na Lei nº 9.807/1999 (proteção a vítimas e testemunhas).....	883	27. Consequências decorrentes da decisão homologatória da colaboração premiada	898
9. Colaboração premiada prevista na Lei nº 9.613/1998 (lavagem de capitais)...	884	28. Limites à suspensão pactuada de garantias e demais disposições sobre o acordo de colaboração premiada	899
10. Colaboração premiada prevista na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos).....	885	29. Quadro sinótico	901
11. Colaboração premiada prevista na Lei nº 7.492/1986 (crimes contra o sistema financeiro nacional).....	885	30. Súmulas do STJ	908
12. Colaboração premiada prevista na Lei nº 8.137/1990 (crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo)	886	31. Súmulas do STF.....	908
13. Colaboração premiada prevista na Lei nº 12.529/2011 (crimes diretamente relacionados com a prática de cartel).	886	32. Questões de concursos públicos.....	908
14. Colaboração premiada na Lei nº 12.850/2013	887	33. Gabarito anotado.....	909
15. Natureza jurídica do acordo de colaboração premiada e seu procedimento preliminar na Lei de Controle do Crime Organizado.....	887	34. Questões discursivas com comentários.....	909
16. Conceito de organização criminosa....	887		
17. Finalidades do conceito de organização criminosa.....	888		
18. Distinção entre organização criminosa e associação criminosa	889		
19. Limites legais à colaboração premiada da Lei nº 12.850/2013	889		
20. Pressupostos necessários à homologação da colaboração premiada pelo juiz	893		
21. Momentos da colaboração premiada e sujeitos envolvidos.....	893		
22. Decisão de homologação do acordo de colaboração premiada	895		
23. Competência para a homologação e para revisão de cláusulas da colaboração premiada.....	896		
		CAPÍTULO XXIV	
		TEORIA DA MEDIDA CAUTELAR	
		1. Introdução	913
		2. Espécies de medidas cautelares	914
		3. Medidas cautelares prisionais	914
		4. Medidas cautelares não prisionais	915
		5. Medidas cautelares alternativas à prisão	916
		6. Bipolaridade das medidas cautelares e rol taxativo.....	917
		7. Princípios informadores das medidas cautelares.....	918
		8. Princípio do contraditório ou da dialeticidade.....	918
		9. Princípio da substitutividade.....	919
		10. Princípio da revogabilidade ou da provisionalidade	919
		11. Princípio da proporcionalidade	919
		12. Princípio da fungibilidade.....	919
		13. Princípio da taxatividade	920
		14. Princípio da temporariedade, temporaneidade ou provisoriedade	921
		15. Princípio da jurisdicionalidade	921

16. Princípio da motivação	921	19. Flagrante preparado, provocado, delito de ensaio ou delito putativo por obra do agente provocador	947
17. Princípio da excepcionalidade	922	20. Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada)	948
18. Princípio da homogeneidade	922	21. Flagrante forjado	949
19. Princípio da finalidade ou justificativa	922	22. Flagrante por apresentação	950
20. Momento e legitimidade das medidas cautelares	923	23. Flagrante cataléptico	950
21. Requisitos	923	24. Flagrante nas várias espécies de crime	952
22. Quadro sinótico	924	25. Flagrante de crime permanente	952
23. Súmulas do STJ	927	26. Flagrante de crime habitual	952
24. Súmulas do STF	927	27. Flagrante de crime de ação penal privada e pública condicionada	953
25. Questões de concursos públicos	927	28. Flagrante de crime continuado	953
26. Gabarito anotado	927	29. Flagrante de infração de menor potencial ofensivo	954
27. Questões discursivas com comentários	927	30. Sujeitos do flagrante	955
CAPÍTULO XXV			
PRISÕES			
1. Conceito	929	31. Sujeito ativo do flagrante	955
2. Formalidades e execução	930	32. Sujeito passivo do flagrante	956
3. Mandado de prisão	931	33. Prisão de diplomata estrangeiro	957
4. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar	932	34. Prisão e aplicação de outras medidas cautelares a Membro do Congresso Nacional	960
5. Prisão em perseguição	933	35. Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão	963
6. Prisão em território diverso da atuação judicial	934	36. Procedimentos e formalidades da prisão em flagrante	964
7. Prisão especial	935	37. Nota de culpa	966
8. Emprego de força e uso de algemas ...	936	38. Remessa à autoridade	966
9. Emprego de força e uso de instrumentos não letais (Lei nº 13.060/2014)	940	39. Audiência de custódia	967
10. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	941	40. Prisão preventiva	971
11. Prisão em flagrante	943	41. Pressupostos da prisão preventiva	971
12. Espécies de flagrante	944	42. Hipóteses de decretação	971
13. Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro)	944	43. Infrações que comportam a medida ...	976
14. Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante)	945	44. Decretação da preventiva e sistema recursal	980
15. Flagrante presumido (ficto ou assimilado)	945	45. Fundamentação	982
16. Flagrante compulsório ou obrigatório	945	46. Revogação da prisão preventiva	984
17. Flagrante facultativo	946	47. Apresentação espontânea	985
18. Flagrante esperado	946	48. Preventiva <i>versus</i> excludentes de ilicitude	985
		49. Prisão temporária	987

50. Decretação da prisão temporária.....	987	10. Restrições à liberdade provisória declaradas inconstitucionais	1027
51. Hipóteses de prisão temporária	987	11. Vedação à liberdade provisória em vigor.....	1028
52. Teses de cabimento da prisão temporária.....	990	12. Fundamentação.....	1028
53. Prazos da prisão temporária	991	13. Liberdade provisória sem fiança ao hipossuficiente.....	1029
54. Regra geral (art. 2º da Lei nº 7.960/1989).....	991	14. Sistema recursal.....	1029
55. Prazos de prisão temporária nos crimes hediondos e assemelhados	992	15. Liberdade provisória mediante fiança	1029
56. Procedimento para decretação da prisão temporária	992	16. Fiança <i>versus</i> liberdade provisória mediante fiança	1030
57. Prisão na fase dos recursos.....	993	17. Objetivos da fiança	1030
58. Impossibilidade de execução provisória da pena.....	994	18. Valor da fiança.....	1030
59. Prisão domiciliar	995	19. Demais critérios para o arbitramento.	1031
60. Prisão civil.....	998	20. Modalidades de fiança	1032
61. Prisão para averiguações.....	999	21. Obrigações do aforçado	1033
62. Difusões vermelhas (<i>red notices</i>) e a prisão para fins de extradição	999	22. Vedações à concessão de fiança (art. 323, CPP)	1033
63. Difusão vermelha ordenada por autoridade judiciária brasileira	1000	23. Impeditivas à concessão de fiança (art. 324, CPP).....	1035
64. Difusão vermelha oriunda de outro país e prisão cautelar para fins de extradição no Brasil.....	1001	24. Ineficácia das demais restrições à concessão de fiança.....	1036
65. Quadro sinótico	1003	25. Quebra da fiança	1036
66. Súmulas do STJ	1016	26. Perda da fiança.....	1037
67. Súmulas do STF.....	1016	27. Cassação da fiança.....	1037
68. Questões de concursos públicos.....	1017	28. Reforço da fiança.....	1038
69. Gabarito anotado.....	1017	29. Dispensa da fiança.....	1038
70. Questões discursivas com comentários.....	1018	30. Procedimento	1039
CAPÍTULO XXVI LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇA		31. Execução da fiança	1040
1. Introdução	1019	32. Quadro sinótico	1040
2. Liberdade provisória obrigatória.....	1020	33. Súmulas do STJ	1046
3. Liberdade provisória permitida	1020	34. Súmulas do STF.....	1046
4. Liberdade provisória vedada	1021	35. Questões de concursos públicos.....	1046
5. Liberdade provisória sem fiança.....	1021	36. Gabarito anotado.....	1047
6. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação	1022	37. Questões discursivas com comentários	1047
7. Liberdade provisória sem fiança e com vinculação	1023	CAPÍTULO XXVII MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO	
8. Restrições à liberdade provisória	1025	1. Medidas cautelares em espécie.....	1049
9. Restrições à liberdade provisória revogadas	1026	2. Comparecimento periódico em juízo.	1049
		3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	1050

4.	Proibição de manter contato com pessoa determinada	1050
5.	Proibição de ausentar-se da comarca.	1050
6.	Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga.....	1051
7.	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	1051
8.	Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça	1052
9.	Fiança nas infrações que a admitem...	1053
10.	Monitoração eletrônica.....	1054
11.	Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou proibição de sua obtenção	1054
12.	Quadro sinótico	1055
13.	Súmulas do STJ	1056
14.	Súmulas do STF.....	1056
15.	Questões de concursos públicos.....	1056
16.	Gabarito anotado.....	1057
17.	Questões discursivas com Comentários.....	1057

CAPÍTULO XXVIII PROCEDIMENTOS

1.	Introdução	1059
2.	Distinção entre processo e procedimento	1060
3.	Conceito de processo	1060
4.	Instrumentalidade do direito material.....	1061
5.	Espécies de procedimentos no Direito Processual Penal.....	1062
6.	Aplicação subsidiária do procedimento comum ordinário	1062
7.	Previsão de prioridade de tramitação	1063
8.	Quadro sinótico	1064
9.	Súmulas do STJ	1066
10.	Súmulas do STF.....	1066
11.	Questões de concursos públicos.....	1066
12.	Gabarito anotado.....	1067
13.	Questões discursivas com comentários.....	1067

CAPÍTULO XXIX PROCEDIMENTO COMUM

1.	Critério para a definição do procedimento comum	1069
2.	Procedimento comum ordinário.....	1071
3.	Petição inicial acusatória	1071
4.	Recebimento da peça acusatória	1071
5.	Natureza jurídica e efeitos do recebimento da petição inicial.....	1072
6.	Competência para a rejeição da denúncia ou queixa.....	1073
7.	Resposta preliminar à acusação e citação do réu	1074
8.	Conteúdo da resposta preliminar à acusação.....	1075
9.	Possibilidade de absolvição sumária ..	1076
10.	Audiência de instrução e julgamento	1077
11.	Prazo para realização da audiência de instrução e julgamento no procedimento comum ordinário	1078
12.	Produção da prova na audiência de instrução e julgamento	1079
13.	Declarações do ofendido	1080
14.	Testemunhas	1080
15.	Método para inquirição das testemunhas.....	1081
16.	Esclarecimentos dos peritos, reconhecimento de pessoas e acareações	1082
17.	Interrogatório do acusado.....	1082
18.	Inconstitucionalidade da tomada isolada do interrogatório de corréu	1083
19.	Observância da ordem dos interrogatórios e das alegações finais nos casos de corréu colaborador.....	1084
20.	Procedimento do interrogatório do acusado.....	1084
21.	Requerimento de diligências.....	1085
22.	Debates ou alegações finais escritas...	1085
23.	Omissão de apresentação de alegações finais escritas ou memoriais.....	1086
24.	Sentença no procedimento comum ordinário.....	1087
25.	Sequência	1087
26.	Procedimento comum sumário	1089

27. Distinções do procedimento comum sumário.....	1090	4. Obrigatoriedade da defesa preliminar no procedimento especial de crime afiançável imputado a funcionário público.....	1124
28. Fungibilidade entre o procedimento comum sumário e o sumaríssimo.....	1091	5. Natureza jurídica da defesa prévia ao recebimento da denúncia ou da queixa crime.....	1124
29. Audiência de instrução e julgamento no procedimento comum sumário.....	1091	6. Capacidade postulatória para a defesa preliminar no rito especial dos crimes imputados a funcionário público.....	1125
30. Conversão do procedimento comum sumário em ordinário.....	1092	7. Perda da condição de funcionário público.....	1125
31. Sequência.....	1092	8. Concurso de infratores e de infrações no procedimento de crime afiançável imputado a funcionário público.....	1125
32. Procedimento comum sumaríssimo ..	1093	9. Efeitos da rejeição da inicial no rito dos crimes imputados a funcionário público.....	1126
33. Previsão constitucional dos juizados especiais criminais.....	1094	10. Sequência nos crimes imputados a funcionário público.....	1126
34. Princípios informadores dos juizados especiais criminais.....	1095	11. Procedimento especial dos crimes contra a honra.....	1127
35. Competência dos juizados especiais criminais.....	1095	12. Delitos abrangidos pelo procedimento especial dos crimes contra a honra.....	1127
36. Fase preliminar.....	1095	13. Tentativa de conciliação prévia no procedimento especial dos crimes contra a honra.....	1127
37. Termo circunstanciado de ocorrência	1096	14. Recebimento da inicial e exceção da verdade no procedimento especial dos crimes contra a honra.....	1128
38. Audiência preliminar nos juizados especiais criminais.....	1097	15. Sequência.....	1129
39. Procedimento sumaríssimo.....	1101	16. Procedimento especial para processamento dos crimes de drogas.....	1129
40. Audiência de instrução e julgamento no procedimento sumaríssimo.....	1103	17. Procedimento para as condutas relativas ao uso de drogas.....	1130
41. Rejeição da inicial e absolvição sumária no procedimento sumaríssimo.....	1103	18. Procedimento da investigação preliminar dos crimes de tráfico de drogas....	1130
42. Produção da prova oral e julgamento nos juizados especiais criminais.....	1104	19. Procedimento do processo-crime por tráfico de drogas.....	1133
43. Quadro sinótico.....	1106	20. Obrigatoriedade da defesa preliminar no processo-crime por tráfico de drogas.....	1134
44. Súmulas do STJ.....	1119	21. Recebimento da denúncia do processo-crime por tráfico de drogas.....	1134
45. Súmulas do STF.....	1119	22. Resposta preliminar à acusação no processo-crime por tráfico de drogas.....	1135
46. Questões de concursos públicos.....	1120		
47. Gabarito anotado.....	1120		
48. Questões discursivas com comentários.....	1120		
CAPÍTULO XXX			
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS			
1. Introdução.....	1121		
2. Procedimento especial dos crimes afiançáveis imputados a funcionário público.....	1122		
3. Oferecimento de denúncia ou queixa-crime nos crimes afiançáveis abrangidos pelo procedimento especial.....	1123		

23. Possibilidade de absolvição sumária no processo-crime por tráfico de drogas	1135	CAPÍTULO XXXI PROCEDIMENTO ESPECIAL DO JÚRI	
24. Necessidade dos laudos de constatação da droga	1135		
25. Audiência de instrução e julgamento no procedimento dos crimes de tráfico...	1137	1. Fundamentos do tribunal do júri	1179
26. Recursos no procedimento dos crimes de tráfico	1138	2. Princípios reitores do júri	1181
27. Sequência	1139	3. Princípio da plenitude de defesa	1181
28. Procedimento especial para os crimes falimentares	1140	4. Princípio do sigilo das votações	1181
29. Procedimento especial para os crimes contra a propriedade imaterial	1142	5. Princípio da soberania dos veredictos	1182
30. Apreensão do material e laudo pericial nos crimes contra a propriedade imaterial	1143	6. Competência para julgamento de crimes dolosos contra a vida	1183
31. Especialidade do prazo decadencial no procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial	1144	7. Características	1183
32. Processamento e julgamento nos crimes contra a propriedade imaterial	1144	8. Órgão heterogêneo	1183
33. Procedimento para a restauração de autos extraviados	1145	9. Órgão horizontal	1184
34. Procedimento criminal da ação penal originária nos tribunais	1147	10. Órgão temporário	1184
35. Procedimento especial dos crimes militares	1151	11. Decisões por maioria de votos	1184
36. Competência da Justiça Militar da União e dos Estados	1151	12. Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida	1184
37. Aplicação subsidiária do CPP ao procedimento dos crimes militares	1152	13. Primeira fase ou juízo da instrução preliminar	1185
38. Procedimento investigativo dos crimes militares	1153	14. Resposta preliminar à acusação réplica no procedimento do júri	1185
39. Ação penal no procedimento dos crimes militares	1154	15. Audiência de instrução, debates e julgamento	1186
40. Juízo singular e colegiado no procedimento dos crimes militares	1155	16. Cognição judicial e decisões da primeira fase do procedimento do júri	1187
41. Procedimento especial para processamento e julgamento dos crimes militares	1156	17. Decisão de pronúncia	1188
42. Quadro sinótico	1159	18. Características da cognição judicial na decisão de pronúncia	1189
43. Súmulas do STJ	1176	19. Natureza jurídica da decisão de pronúncia	1189
44. Súmulas do STF	1176	20. A falácia do <i>in dubio pro societate</i> na decisão de pronúncia	1189
45. Questões de concursos públicos	1176	21. Limites à fundamentação da decisão de pronúncia	1190
46. Gabarito anotado	1176	22. <i>Emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i> na decisão de pronúncia	1192
47. Questões discursivas com comentários	1177	23. Intimação da decisão de pronúncia	1193
		24. Efeitos da decisão de pronúncia	1194
		25. Correção da decisão de pronúncia	1195
		26. Sistema recursal	1196
		27. Sentença de impronúncia	1196
		28. Natureza jurídica da impronúncia	1196
		29. Definitividade da impronúncia	1196
		30. Inconstitucionalidade da sentença de	

	impronúcia.....	1197
31.	Recurso da sentença de impronúcia.....	1197
32.	Despronúcia	1198
33.	Sentença de absolvição sumária	1198
34.	Natureza jurídica	1198
35.	Fundamentos da absolvição sumária.	1198
36.	Revogação tácita do reexame necessário da sentença de absolvição sumária	1199
37.	Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida	1199
38.	Natureza jurídica	1200
39.	Consequência e situação prisional	1200
40.	Sistema recursal da decisão de desclassificação.....	1200
41.	Crimes interligados por conexão ou continência.....	1200
42.	Segunda fase do júri ou preparação para o julgamento	1201
43.	Requerimento de diligências e rol de testemunhas	1201
44.	Saneamento dos autos	1202
45.	Desaforamento	1202
46.	Legitimidade para o desaforamento ..	1203
47.	Momento para o desaforamento e efeito suspensivo	1203
48.	Hipóteses de cabimento	1203
49.	Crimes conexos e pluralidade de réus	1204
50.	Sistema recursal.....	1204
51.	Nova comarca.....	1204
52.	Reaforamento.....	1204
53.	Preparativos à instalação da reunião do júri.....	1204
54.	Alistamento dos jurados.....	1205
55.	Organização da pauta	1206
56.	Sorteio e convocação dos jurados.....	1207
57.	Função de jurado	1207
58.	Reunião e sessões do tribunal do júri.	1210
59.	Formação do conselho de sentença ...	1211
60.	Compromisso e dever de incomunicabilidade.....	1212
61.	Atos instrutórios.....	1213
62.	Debates e poderes do juiz	1214

63.	Formulação dos quesitos e votação....	1216
64.	Sentença e ata da sessão.....	1221
65.	Recurso e anulação parcial do julgamento do júri	1222
66.	Quadro sinótico	1224
67.	Súmulas do STJ	1238
68.	Súmulas do STF.....	1239
69.	Questões de concursos públicos.....	1239
70.	Gabarito anotado.....	1240
71.	Questões discursivas com comentários	1240

CAPÍTULO XXXII PROCEDIMENTOS NOS ESPAÇOS DE CONSENSO

1.	Introdução	1243
2.	Instrumentos consensuais no procedimento aplicável aos crimes de menor potencial ofensivo	1244
3.	Composição dos danos civis.....	1246
4.	Transação penal.....	1246
5.	Suspensão condicional do processo...	1249
6.	Acordo de não persecução penal	1250
7.	Acordo de não persecução penal na Lei de Controle do Crime Organizado.....	1251
8.	Pressupostos para a formulação de acordo de não persecução penal da Lei nº 12.850/2013.....	1251
9.	Controle de constitucionalidade do acordo de não persecução penal da Lei nº 12.850/2013.....	1253
10.	Acordo de não persecução penal do Código de Processo Penal.....	1255
11.	Pressupostos para a formulação de acordo de não persecução penal do Código de Processo Penal.....	1255
12.	Condições de eficácia do acordo de não persecução penal do Código de Processo Penal.....	1256
13.	Causas impeditivas de acordo de não persecução penal do Código de Processo Penal.....	1257
14.	Formalidades do acordo de não persecução penal do Código de Processo Penal	1258

15. Quadro sinótico	1261	18. Impedimentos recursais	1285
16. Súmulas do STJ	1264	19. Desistência do recurso	1285
17. Súmulas do STF	1265	20. Renúncia ao direito de recorrer	1285
18. Questões de concursos públicos.....	1265	21. Deserção do recurso	1286
19. Gabarito anotado.....	1265	22. Pressupostos de admissibilidade recur-	
20. Questões discursivas com comentá-		sal	1286
rios.....	1265	23. Juízo de admissibilidade ou de preliba-	
		ção	1287
		24. Juízo de mérito ou de deliberação	1287

QUINTA PARTE

Controle dos Atos Processuais

CAPÍTULO XXXIII TEORIA DOS RECURSOS

1. Conceito de recurso	1269	30. Inexistência de fatos impeditivos.....	1292
2. Natureza jurídica do recurso.....	1270	31. Motivação	1293
3. Fundamentos e o duplo grau de jurisdic-		32. Sucumbência.....	1293
ção	1271	33. Sucumbência única ou múltipla.....	1293
4. Princípios recursais.....	1274	34. Sucumbência paralela ou recíproca....	1293
5. Princípio da voluntariedade	1274	35. Sucumbência direta ou reflexa	1293
6. Princípio da taxatividade	1275	36. Sucumbência total ou parcial.....	1294
7. Princípio da unirrecorribilidade, da		37. Pressupostos subjetivos de admissibili-	
singularidade ou da unicidade	1276	dade recursal	1294
8. Princípio da fungibilidade recursal ou		38. Interesse recursal	1294
do recurso indiferente, do tanto vale,		39. Legitimidade para recorrer.....	1295
da permutabilidade dos recursos ou da		40. Legitimidade recursal geral.....	1296
convertibilidade dos recursos.....	1277	41. Legitimidade recursal especial.....	1296
9. Princípio da convalidação.....	1278	42. Competência recursal.....	1297
10. Princípio da vedação da <i>reformatio in</i>		43. Procedimento recursal e terminolo-	
<i>pejus</i>	1278	gia	1298
11. Princípio da conversão	1280	44. Efeitos recursais	1299
12. Princípio da complementariedade dos		45. Efeito devolutivo	1299
recursos	1280	46. Efeito suspensivo	1300
13. Princípio da suplementariedade ou da		47. Efeito regressivo	1303
suplementação dos recursos	1281	48. Efeito extensivo	1304
14. Princípio da variabilidade dos recur-		49. Efeito translativo.....	1305
sos	1281	50. Efeito dilatório-procedimental.....	1305
15. Princípio da dialeticidade dos recur-		51. Extinção dos recursos.....	1306
sos	1282	52. Quadro sinótico	1307
16. Princípio da intranscendência ou da		53. Súmulas do STJ	1311
personalidade	1283		
17. Princípio da colegialidade recursal.....	1284		

54. Súmulas do STF.....	1311	decisão que indeferir reconhecimento de causa extintiva de punibilidade (art. 581, IX, CPP).....	1321
55. Questões de concursos públicos.....	1312		
56. Gabarito anotado.....	1313		
57. Questões discursivas com comentários.....	1313	14. Recurso em sentido estrito contra decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i> (art. 581, X, CPP).....	1322
CAPÍTULO XXXIV RECURSOS EM ESPÉCIE			
1. Recurso em sentido estrito.....	1316	15. Recurso em sentido estrito contra decisão de primeiro grau de jurisdição que anular, no todo ou parcialmente, o processo, a partir da instrução criminal (art. 581, XIII, CPP).....	1322
2. Interposição do recurso em sentido estrito.....	1316	16. Recurso em sentido estrito contra decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir (art. 581, XIV, CPP)...	1322
3. Cabimento do recurso em sentido estrito.....	1317	17. Recurso em sentido estrito contra decisão que não receber apelação criminal ou julgá-la deserta (art. 581, XV, CPP).	1323
4. Interpretação extensiva do rol dos casos de recurso em sentido estrito contra o réu.....	1317	18. Recurso em sentido estrito contra decisão que suspender o processo em face de questão prejudicial (art. 581, XVI, CPP).....	1323
5. Hipóteses legais de cabimento do recurso em sentido estrito.....	1318	19. Recurso em sentido estrito contra decisão que julgar o incidente de falsidade documental (art. 581, XVIII, CPP).....	1323
6. Recurso em sentido estrito contra a decisão que não receber denúncia ou queixa (art. 581, I, CPP).....	1318	20. Recurso em sentido estrito contra decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A, do Código. (art. 581, XXV, CPP).....	1323
7. Recurso em sentido estrito contra decisão que concluir pela incompetência do juízo (art. 581, II, CPP).....	1319	21. Hipóteses de recurso em sentido estrito revogadas tacitamente pelo art. 197, da LEP.....	1324
8. Recurso em sentido estrito contra decisão que julgar procedente as exceções, salvo a de suspeição (art. 581, III, CPP).....	1319	22. Processamento e julgamento do recurso em sentido estrito.....	1324
9. Recurso em sentido estrito contra decisão que pronunciar o réu (art. 581, IV, CPP).....	1320	23. Apelação criminal.....	1327
10. Recurso em sentido estrito contra decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante (art. 581, V, CPP).....	1320	24. Funções da apelação criminal.....	1328
11. Recurso em sentido estrito contra decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor (art. 581, VII, CPP).....	1320	25. Limites à cognoscibilidade da apelação criminal nos procedimentos do júri....	1328
12. Recurso em sentido estrito contra decisão que reconhecer a prescrição ou julgar extinta a punibilidade (art. 581, VIII, CPP).....	1321	26. Extensão da apelação criminal.....	1329
13. Recurso em sentido estrito contra		27. Interposição da apelação criminal.....	1330
		28. Cabimento da apelação criminal.....	1331
		29. Apelação contra sentenças condenatórias ou absolutórias prolatadas por juiz singular (art. 593, I, CPP).....	1331
		30. Apelação contra as decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas	

por juiz singular, não inseridas nas hipóteses de recurso em sentido estrito (art. 593, II, CPP)	1332	56. Modalidade adesiva de recursos especial e extraordinário	1358
31. Apelação contra as decisões do tribunal do júri (art. 593, III, CPP)	1333	57. Efeitos dos recursos especial e extraordinário	1359
32. Apelação contra sentença de impro-núncia (art. 416, CPP)	1335	58. Cabimento dos recursos especial e extraordinário	1361
33. Apelação contra sentença de absolvição sumária (art. 416, CPP)	1335	59. Processamento e julgamento dos recur-sos especial e extraordinário	1365
34. Apelação contra decisões do juíza-do especial criminal (art. 82, Lei nº 9.099/1995)	1335	60. Recurso ordinário constitucional	1367
35. Processamento e julgamento da apela-ção criminal	1336	61. Interposição do recurso ordinário cons-titucional	1368
36. Carta testemunhável	1341	62. Cabimento do recurso ordinário consti-tucional	1369
37. Interposição da carta testemunhável .	1342	63. Processamento e julgamento do recur-so ordinário constitucional	1370
38. Cabimento da carta testemunhável....	1344	64. Agravo em recurso especial e extraordi-nário	1371
39. Processamento e julgamento da carta testemunhável	1345	65. Interposição do agravo em recurso especial e extraordinário	1372
40. Embargos de declaração	1347	66. Cabimento do agravo em recurso espe-cial e extraordinário	1373
41. Oposição dos embargos de declara-ção	1348	67. Processamento e julgamento do agravo em recurso especial e extraordinário .	1374
42. Cabimento dos embargos de declara-ção	1348	68. Embargos de divergência	1375
43. Processamento e julgamento dos em-bargos de declaração	1348	69. Interposição dos embargos de diver-gência	1375
44. Agravo interno, inominado ou regimen-tal	1350	70. Cabimento dos embargos de divergên-cia	1375
45. Interposição do agravo interno	1350	71. Processamento e julgamento dos em-bargos de divergência	1376
46. Cabimento do agravo interno	1350	72. Agravo em execução	1377
47. Processamento e julgamento do agravo interno	1351	73. Interposição do agravo em execução penal	1378
48. Embargos infringentes e de nulidade	1351	74. Cabimento do agravo em execução penal	1379
49. Interposição dos embargos infringentes e de nulidade	1352	75. Processamento e julgamento do agravo em execução penal	1379
50. Cabimento dos embargos infringentes e de nulidade	1353	76. Reclamação contra a lista geral de jurados	1380
51. Cabimento dos embargos infringentes no STF	1355	77. Interposição da reclamação contra a lista geral de jurados	1380
52. Processamento e julgamento dos em-bargos infringentes	1356	78. Cabimento da reclamação contra a lista geral de jurados	1380
53. Recursos especial e extraordinário	1356	79. Processamento e julgamento da recla-mação contra a lista geral de jurados .	1381
54. Interposição dos recursos especial e extraordinário	1357	80. Quadro sinótico	1381
55. Prazo e sua contagem nos recursos especial e extraordinário	1357		

81. Súmulas do STJ	1405	21. Competência para o processamento e o julgamento do <i>habeas corpus</i>	1423
82. Súmulas do STF.....	1405	22. Legitimidade ativa no <i>habeas corpus</i> ..	1426
83. Questões de concursos públicos.....	1406	23. Legitimidade passiva no <i>habeas corpus</i>	1427
84. Gabarito anotado.....	1407	24. Forma de propositura do <i>habeas corpus</i>	1428
85. Questões discursivas com comentários.....	1407	25. Procedimento do <i>habeas corpus</i>	1429

CAPÍTULO XXXV AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1. Introdução às ações autônomas impugnativas.....	1409	28. <i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão.....	1435
2. Ação de <i>habeas corpus</i>	1411	29. Recursos em <i>habeas corpus</i> e <i>habeas corpus</i> substitutivo	1435
3. Natureza jurídica da ação de <i>habeas corpus</i>	1412	30. Jurisprudência defensiva	1436
4. Cabimento do <i>habeas corpus</i>	1413	31. Ação de mandado de segurança em matéria penal.....	1437
5. <i>Habeas corpus</i> por falta de justa causa...	1414	32. Cabimento do mandado de segurança.....	1438
6. <i>Habeas corpus</i> por excesso de prazo...	1414	33. Competência para processamento e julgamento do mandado de segurança.	1442
7. <i>Habeas corpus</i> por incompetência do órgão coator	1416	34. Legitimidade ativa no mandado de segurança.....	1443
8. <i>Habeas corpus</i> diante da cessação dos motivos da coação.....	1416	35. Legitimidade passiva no mandado de segurança.....	1443
9. <i>Habeas corpus</i> por negativa injustificada de fiança	1416	36. Procedimento do mandado de segurança.....	1445
10. <i>Habeas corpus</i> em face de processo manifestamente nulo	1416	37. Mandado de segurança coletivo.....	1447
11. <i>Habeas corpus</i> por extinção da punibilidade	1417	38. Ação de revisão criminal.....	1448
12. Outras hipóteses de cabimento de <i>habeas corpus</i>	1418	39. Cabimento da ação de revisão criminal	1449
13. Causa de pedir e coisa julgada em <i>habeas corpus</i>	1419	40. Inexistência de prazo para propositura da ação revisional	1450
14. <i>Habeas corpus</i> preventivo	1420	41. Competência para a ação de revisão criminal.....	1450
15. <i>Habeas corpus</i> repressivo ou liberatório.....	1420	42. Legitimidade ativa na revisão criminal.....	1451
16. <i>Habeas corpus</i> suspensivo.....	1421	43. Legitimidade passiva na revisão criminal.....	1452
17. <i>Habeas corpus</i> profilático ou trancativo	1421	44. Propositura da revisão criminal	1452
18. <i>Habeas corpus</i> e pena privativa de liberdade	1421	45. Procedimento da ação de revisão criminal.....	1453
19. Pedido genérico em <i>habeas corpus</i>	1422	46. Julgamento da revisão criminal e indenização.....	1454
20. <i>Habeas corpus</i> e transgressão disciplinar.....	1422		

47. Correição Parcial.....	1457	7. Fundamento constitucional.....	1496
48. Legitimidade ativa na correição parcial.....	1458	8. Tipicidade e atipicidade do ato processual.....	1497
49. Legitimidade passiva na correição parcial.....	1458	9. Elementos e formalidades do ato processual penal.....	1498
50. Propositura da correição parcial.....	1458	10. Relativização das nulidades processuais.....	1500
51. Prazo para apresentação da correição parcial.....	1459	11. Princípios informativos das nulidades.....	1501
52. Cabimento da correição parcial.....	1459	12. Princípio do <i>pas de nullité sans grief</i> , do prejuízo ou da transcendência.....	1502
53. Processamento e julgamento da correição parcial.....	1459	13. Princípio da conservação dos atos processuais ou aproveitamento.....	1503
54. Reclamação constitucional.....	1460	14. Princípio do interesse na alegação ou da proteção.....	1503
55. Ajuizamento da reclamação constitucional.....	1461	15. Princípio da instrumentalidade das formas ou da finalidade.....	1504
56. Cabimento da reclamação constitucional.....	1461	16. Princípio da verdade substancial ou da verdade real.....	1505
57. Processamento e julgamento da reclamação constitucional.....	1462	17. Princípio da economia processual.....	1505
58. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1463	18. Princípio da duração razoável do processo ou da celeridade.....	1506
59. Legitimidade no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1464	19. Princípio da convalidação dos atos processuais.....	1506
60. Cabimento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1464	20. Princípio da oportunidade ou da preclusão.....	1507
61. Processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1465	21. Princípio da anuência das partes.....	1508
62. Julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1465	22. Princípio do contraditório.....	1509
63. Quadro sinótico.....	1467	23. Princípio da causalidade, concatenação, da consequentialidade ou da interdependência dos atos processuais.....	1509
64. Súmulas do STJ.....	1485	24. Princípio da generalidade ou do rol aberto.....	1509
65. Súmulas do STF.....	1485	25. Princípio da eficácia do ato viciado.....	1509
66. Questões de concursos públicos.....	1486	26. Princípio da boa-fé objetiva e o <i>duty to mitigate the loss</i> na esfera criminal.....	1510
67. Gabarito anotado.....	1487	27. Efeitos.....	1511
68. Questões discursivas com comentários.....	1487	28. Quadro sinótico.....	1512
CAPÍTULO XXXVI TEORIA DA NULIDADE			
1. Introdução.....	1489	29. Súmulas do STJ.....	1516
2. Nulidade como defeito e sanção.....	1490	30. Súmulas do STF.....	1516
3. Entendendo o tema.....	1491	31. Questões de concursos públicos.....	1517
4. Noção de prejuízo.....	1492	32. Gabarito anotado.....	1517
5. Nulidade e rescindibilidade.....	1494	33. Questões discursivas com comentários.....	1518
6. Sistemas de nulidades: rol exemplificativo.....	1494		

CAPÍTULO XXXVII NULDADES EM ESPÉCIE

1.	Introdução	1519
2.	Falta ou deficiência de defesa	1520
3.	Illegitimidade da parte.....	1524
4.	Incompetência do juízo	1527
5.	Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz	1529
6.	Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação.....	1533
7.	Ausência de intervenção do Ministério Público	1535
8.	Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu	1535
9.	Vícios na decisão de pronúncia e rol de testemunhas	1537
10.	Não intimação do réu da data de julgamento pelo júri	1539
11.	Presença de pelo menos quinze jurados para o júri	1540
12.	Concessão de prazos processuais	1540
13.	Falta de intimação de testemunhas	1542
14.	Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.....	1545
15.	Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados.....	1547
16.	Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri.....	1548
17.	Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular	1549
18.	Decisão carente de fundamentação e demais vícios na sentença ou decisão	1550
19.	Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	1555
20.	Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais	1556
21.	Descumprimento do <i>quorum</i> legal de julgamento nos tribunais.....	1557
22.	Omissão de formalidade essencial de ato processual	1557
23.	Vícios na investigação preliminar.....	1558
24.	Quadro sinótico	1559
25.	Súmulas do STJ	1570
26.	Súmulas do STF	1570
27.	Questões de concursos públicos.....	1570
28.	Gabarito anotado.....	1571
29.	Questões discursivas com comentários	1572

SEXTA PARTE *Processo de Execução*

CAPÍTULO XXXVIII EXECUÇÃO PENAL

1.	O consenso e o conflito na execução penal	1575
2.	Natureza jurídica da execução penal..	1577
3.	Autonomia do processo executivo penal	1578
4.	Requisitos da execução penal	1578
5.	Objetivos da execução penal.....	1579
6.	Juízo competente	1579
7.	Competência do juízo federal da execução penal para julgar ação penal de conhecimento	1581
8.	Princípio do devido processo legal	1582
9.	Princípio da individualização da pena	1582
10.	Princípio da personalização da pena..	1583
11.	Princípio da legalidade	1584
12.	Princípio da irretroatividade da lei	1584
13.	Princípios do contraditório e ampla defesa	1585
14.	Princípios informativos da prova penal.....	1586
15.	Princípio da isonomia.....	1586
16.	Princípio da não-autoincriminação	1586
17.	Princípio reeducativo.....	1587
18.	Princípio do duplo grau de jurisdição	1587
19.	Princípio da humanização	1588
20.	Princípio da cooperação comunitária	1588
21.	Princípio da oficialidade	1588
22.	Princípio da publicidade.....	1588
23.	Princípio da motivação das decisões..	1588
24.	Princípio <i>numerus clausus</i>	1589
25.	Aplicação ao preso provisório	1589
26.	Órgãos da execução penal	1589
27.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.....	1589
28.	Conselho Penitenciário	1590
29.	Departamento Penitenciário Local.....	1590
30.	Direção do Estabelecimento Penal.....	1590
31.	Quadro do Pessoal Penitenciário	1590
32.	Patronato Público ou Particular	1591
33.	Conselho da Comunidade	1591
34.	Defensoria Pública.....	1591

35. Estabelecimentos para cumprimento de pena	1591	69. Penas restritivas de direito.....	1613
36. Localidade de cumprimento de pena	1592	70. Pena de multa	1616
37. Penitenciária	1593	71. Medida de segurança	1618
38. Colônia agrícola, industrial ou similar	1593	72. Prisão albergue domiciliar	1620
39. Casa do Albergado	1594	73. Procedimento da execução penal	1621
40. Centro de Observação.....	1595	74. Guia de execução penal.....	1621
41. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	1595	75. Processamento da execução penal	1622
42. Cadeia pública.....	1595	76. Execução provisória da pena.....	1622
43. Critérios para separação de presos provisórios e apenados.....	1595	77. Regime de cumprimento da pena.....	1623
44. Execução indireta de atividades acessórias (privatização ou terceirização no sistema prisional)	1596	78. Regressão de regime	1624
45. Deveres do preso durante a execução da pena	1597	79. Regressão cautelar.....	1624
46. Direitos do preso durante a execução da pena	1597	80. Progressão de regime.....	1625
47. Direitos políticos.....	1599	81. Disciplina legal anterior do requisito temporal necessário à progressão de regime	1625
48. Visita.....	1600	82. Progressão de regime da mulher gestante, mãe de criança ou com dependente	1626
49. Comunicação.....	1601	83. Requisito temporal diferenciado para a progressão de regime.....	1626
50. Assistência material.....	1601	84. Progressão por salto.....	1628
51. Assistência à saúde.....	1602	85. Livramento condicional.....	1629
52. Assistência jurídica	1602	86. Condições para cumprimento de regime de pena	1634
53. Assistência educacional.....	1602	87. Incidentes e conversões	1635
54. Assistência social.....	1603	88. <i>Doença mental superveniente</i>	1636
55. Assistência religiosa	1603	89. <i>Desvio e excesso de execução</i>	1637
56. Assistência ao egresso.....	1603	90. <i>Anistia e indulto</i>	1637
57. Trabalho.....	1604	91. Remição pelo estudo e pelo trabalho	1639
58. Faltas disciplinares.....	1606	92. Remição ficta e degradante	1642
59. Classificação das faltas disciplinares ...	1608	93. Detração penal.....	1642
60. Procedimento para a aplicação de sanção por falta disciplinar.....	1609	94. Autorizações de saída.....	1643
61. Regime Disciplinar Diferenciado	1609	95. Permissão de saída	1643
62. Requisitos para inclusão no Regime Disciplinar Diferenciado	1610	96. Saída temporária	1643
63. Condições para cumprimento do Regime Disciplinar Diferenciado em presídio federal	1610	97. Monitoração eletrônica.....	1645
64. Prorrogação do Regime Disciplinar Diferenciado.....	1610	98. Suspensão condicional da pena.....	1646
65. Características do Regime Disciplinar Diferenciado.....	1611	99. Meios de impugnação.....	1648
66. Recompensas	1612	100. Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena.....	1649
67. Intervenção do Ministério Público na execução penal	1612	101. Quadro sinótico.....	1649
68. Penas privativas de liberdade.....	1612	102. Súmulas do STJ	1671
		103. Súmulas do STF.....	1672
		104. Questões de concursos públicos.....	1672
		105. Gabarito anotado.....	1673
		106. Questões discursivas com comentários	1674
		BIBLIOGRAFIA	1675